

Itamaraty

13 AGO 1933

pronto para economia - Brasil renegociar

Da sucursal de
BRASILIA

O Itamaraty está preparado para participar das negociações relativas ao pagamento da dívida externa brasileira, desde que sejam obedecidos dois pré-requisitos: que o comando da operação pertença ao presidente João Figueiredo e que fique claramente estabelecido o papel reservado à chancelaria.

Oficialmente, o Itamaraty não comenta qualquer informação ou especulação referente à sua presença no jogo negociador da dívida externa. Mas, informalmente, alguns diplomatas não se recusam a abordar o tema. Eles reconhecem, em primeiro lugar, que o assunto é prioritariamente econômico-financeiro e, assim, cabe a essa área específica do governo encaminhá-lo e resolvê-lo. Mas admitem que há uma parcela do processo que poderia, sem nenhum problema, ser assumida pela chancelaria.

Até agora, o Itamaraty somente acompanhou o problema à distância, pois não houve nenhuma iniciativa do ministro do Planejamento, Delfim Netto, para que a chancelaria fosse incluída nas negociações. Delfim preferiu sempre, ele mesmo, realizar os contatos e entendimentos com governos estrangeiros, Fundo Monetário Internacional e bancos privados internacionais.

Mas o quadro mudou. A negociação tornou-se cada vez mais difícil e começa a recomendar, crescentemente, a participação direta ou indireta de governos estrangeiros. O próximo passo a ser dado pelo governo brasileiro — a ida ao Clube de Paris — envolve, inequivocamente, a participação de governos. Por isso, o Itamaraty começa a ser lembrado para dar “sua cota de sacrifício”.

A participação da Chancelaria está explicitamente prevista em um estudo que o vice-presidente Aureliano Chaves se prepara para entregar ao presidente João Figueiredo, que ontem retornou ao Brasil. Nesse estudo, o vice, que exerceu nas últimas semanas a Presidência, recomenda que “um diplomata de reconhecida competência e experiência internacional” conduza o processo negociador, para compor o pagamento da dívida externa e do seu serviço.

Não se acredita, em alguns círculos diplomáticos, que Figueiredo aceite ao pé da letra o conselho de Aureliano. Interpreta-se a idéia do vice-presidente como consequência inevitável, antes de mais nada, da sua aversão pelo ministro do Planejamento, Delfim Netto. Mas não se espera que a sugestão de Aureliano afaste Delfim do comando.

Sem tirar Delfim e delegando ao Itamaraty o comando das operações, o Palácio do Planalto estaria colocando o ministro do Planejamento em uma situação muito difícil. Tão

difícil que só lhe restaria o pedido de demissão. Por isso, essa alternativa também não é encorajada.

O que os círculos diplomáticos imaginam é que, enfim, o Itamaraty será chamado a desempenhar um papel limitado, mas importante: o de criar boa vontade política nos governos estrangeiros com os quais o Brasil precise negociar, direta ou indiretamente, sua dívida externa, a partir mesmo da ida ao Clube de Paris.

E esse papel seria aceito sem constrangimentos. O Itamaraty não se sentiria cômodo participando do processo sob o comando de negociadores que “têm mostrado pouca prudência ou perícia”. Mas estaria à vontade se o presidente João Figueiredo tomasse em suas mãos as rédeas da dívida externa e definisse um papel específico para a Chancelaria.